

Raízes do Problema

Economia
Parcial

Vencida a primeira parte do "pacote" econômico que o Governo divulgou, resta agora enfrentar o trinômio que se encontra de fato na base dos problemas: a inflação, o déficit das empresas estatais e a indexação dos salários.

Esses três pontos foram abordados recentemente pelo professor Octávio Gouveia de Bulhões com uma clareza cristalina: não se pode enfrentar um deles sem encarar os outros dois. O tratamento parcial somente contribui para prolongar dificuldades que se abatem principalmente sobre as empresas e o setor privado da economia, aquele que paga as contas.

Em São Paulo, onde o problema da indexação foi debatido pela FIESP, sugeriu-se o expurgo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como a melhor das fórmulas para iniciar o processo da desindexação. A FIESP calcula que a inflação deste ano poderá elevar-se para 130 a 150% em função do recente "pacote" econômico, e acrescenta um argumento que deveria ser levado na devida conta pelos sindicatos.

Com a inflação nos níveis estimados, a queda real nos salários seria maior que a derivada de índices expurgados. Este ponto até agora não tem sido bem assimilado pelos que aderiram à correção monetária como uma tábua de salvação em meio à crise econômica. Como em toda miragem, a correção sugere aos pseudobeneficiá-

rios de aumentos salariais que seus níveis de renda serão mantidos. Na prática, o que está ocorrendo é o desemprego em massa, pois as empresas não conseguem gerar caixa para bancar os aumentos em suas folhas de pagamentos, e terminam demitindo para reduzir encargos, para simplesmente realizar uma rotação de mão-de-obra compatível com seus lucros ou para o simples equilíbrio entre receita e despesa. Só existe uma lógica para a defesa insistente da lei salarial em seus moldes atuais e da indexação plena: o desejo de ver-se acumularem problemas maiores ainda, questionando-se, no fim das contas, o próprio modelo econômico brasileiro, ou os princípios de uma economia de mercado, ainda quando confinada aos poucos setores onde o Estado não entrou.

Os déficits estatais são a outra ponta do problema, e sem o seu controle rigoroso será inútil pensar em transferir encargos com o propósito de arrecadar mais e gerar receita para o Tesouro. Exercícios de economia que não sejam capazes de conter as despesas públicas de custeio irão esbarrar em mais impostos ou na emissão de dinheiro, ou de títulos públicos. Ou se estará gerando mais inflação, ou encarecendo o preço do dinheiro, este em níveis historicamente altos e responsáveis pela inibição nas taxas de investimento.